



**Bloco de Esquerda**  
*Grupo Parlamentar*

|                               |                       |
|-------------------------------|-----------------------|
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA       |                       |
| Divisão de Apoio às Comissões |                       |
| CS                            |                       |
| Nº Único                      | 635/51                |
| Entrada / Data                | n.º 339 Data 29/05/19 |

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão Parlamentar de Saúde  
Deputado José Matos Rosa

S. Bento, 28 de maio de 2019

**Assunto:** Audição urgente da ERS, da ARS Lisboa e Vale do Tejo e da Ministra da Saúde sobre o comportamento da entidade privada gestora da PPP de Vila Franca de Xira

O Bloco de Esquerda teve conhecimento, através da comunicação social, de que a Entidade Reguladora da Saúde deu como comprovadas as queixas de utentes e familiares de utentes do Hospital de Vila Franca de Xira relativas ao internamento em refeitórios, casas de banho e corredores da unidade hospitalar em questão.

O Hospital de Vila Franca de Xira é gerido pelo Grupo Mello Saúde em regime de parceria público-privada, com contrato até 31 de maio de 2021.

Pelo que se sabe, segundo a deliberação publicada hoje, a ERS colocou em curso uma fiscalização e concluiu que foi prática do hospital internar os utentes em refeitórios e casas de banho durante quase 4 anos. Neste período, centenas de utentes terão sido internados nestes espaços, alegando o Hospital de que isso apenas ocorria quando existiam períodos de maior procura.

A ação inspetiva que ocorreu no dia 12 de abril de 2018 encontrou internados 21 doentes no refeitório. Embora a gestão do Grupo Mello Saúde tenha argumentado que a solução agora exposta fizesse parte do plano de contingência, a ERS afirma que a prática não é exceção, mas sim uma prática corrente durante 4 anos.

Perante estas situações, a ERS alerta para o facto de as necessidades dos utentes não estarem a ser acauteladas uma vez que os espaços onde ocorrem estes internamentos não possuem portas, nem sequer cortinas separativas entre camas. A privacidade era mantida por biombos que separavam as camas e a distância entre as camas era inferior a 1 metro e muito próximas das paredes, não permitindo espaço suficiente aos utentes e aos profissionais de saúde.

A ERS fez notar também o estado dos tetos dos refeitórios, que, por estarem perfurados, poderiam comprometer a higienização, que não existiam instalações sanitárias privativas e apenas existia um lavatório de torneira manual, criando assim um risco de infeção cruzada. Foram identificadas uma série de outras irregularidades desde a falta de tomadas de gases medicinais e de painéis de indicação da cama do utente.

No que toca à utilização de casas de banho, a ERS diz que a solução não poderia estar prevista nos planos de contingência em vigor porque para além de não respeitar a dignidade dos utentes, não é uma prática médica aceitável.

Perante toda esta inaceitável situação, e uma vez que o Ministério da Saúde tem até sexta-feira para comunicar à entidade gestora se pretende a renovação do contrato que termina a 31 de maio de 2021, o Bloco de Esquerda considera que o Governo deve dizer já que não estará disponível para nenhum tipo de prorrogação, renovação ou lançamento de concurso para novas PPP em Vila Franca de Xira.

Este é mais um caso que se juntam a outros recentemente conhecidos (como o da manipulação de indicadores, falseamento de triagens e falsificação de fichas clínicas na PPP de Cascais ou a acumulação de cargos em clara promiscuidade público-privado na PPP de Loures) que mostram que a gestão do SNS não deve ser entregue a quem coloca em primeiro lugar o interesse dos acionistas.

*Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente da ERS, da ARSLVT e da Ministra da Saúde sobre o comportamento da entidade privada gestora da PPP de Vila Franca de Xira.*

O Deputado do Bloco de Esquerda,

**Moisés Ferreira**

